



Boletim Informativo dos Núcleos

Março/2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 NUDECA

8 NUDEPID

13 NUDDS

17 NUDECONTU

25 NUDDH

31 NUDEPED

35 NUDIVERSI

NUDECA

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

O NUDECA, em 06 de março, ajuizou Ação Civil Pública solicitando ao Município de Porto Alegre a contratação de monitores escolares para acompanhamento de alunos atípicos e a disponibilização de transporte escolar acessível. A ação, distribuída na Vara do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Porto Alegre, foi motivada após a instituição receber diversos relatos de famílias com filhos matriculados na rede pública municipal, que confirmaram a ausência de profissionais de apoio para acompanhamento dos alunos. Antes da ação, foi instaurado Procedimento de Apuração de Dano Coletivo (PADAC), encaminhando ofícios, e-mails e realizando reuniões com a Prefeitura da capital, na tentativa de resolução extrajudicial.

[Leia +](#)

Já em 22 de março, a 1ª Vara do Juizado da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre determinou que o Município de Porto Alegre disponibilize um monitor para cada turma que possui um ou mais alunos atípicos nas escolas da rede pública municipal. O prazo para que a decisão seja cumprida é de 60 dias, sob pena de ser afixada multa por descumprimento.

[Leia +](#)

Moradores da região do bairro Cruzeiro, em Porto Alegre, receberam um grande mutirão de atendimentos da Defensoria Pública do Estado ao longo do dia 22 de março. Centenas de pessoas foram atendidas nas diversas áreas de atuação, como Família; Criança e Adolescente; Saúde; Consumidor; Moradia e direitos da Mulher. Uma das áreas mais procuradas envolveu os pedidos de vagas em creches, demanda atendida pela equipe do NUDECA.

[Leia +](#)



Aconteceu no dia 24 de março, em São Paulo/SP, reunião da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente do CONDEGE, com a presença da Defensora Pública dirigente do NUDECA e membro titular da Comissão, Andreia Paz Rodrigues.



Em 29/03/23 reuniu-se a Comissão do Luto Parental para tratar de estratégias para a efetivação da Lei nº 15.895, de 19/10/2022, que instituiu a Lei Helena Maffini, que estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de perda gestacional, natimorto e perda neonatal nos serviços públicos e privados de saúde contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS, bem como busca conscientizar e orientar os profissionais de saúde e a sociedade sobre a importância e a sensibilidade do assunto no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.



Em 29/03/2022 reuniram-se DPE, SMED e PGM para tratar dos fluxos do acordo extrajudicial que estabelece a oferta de vagas na rede pública do Município de Porto Alegre. Também foi tratada a necessidade de ampliação das vagas, com a assinatura de novo aditivo.

NOTÍCIAS RECENTES

Dia Mundial da Infância: especialistas avaliam cenário atual G

Assegurar direitos, oportunidades e a proteção integral de crianças e adolescentes é uma meta consagrada nos direitos fundamentais inscritos na Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (8.069/1990), e reafirmada no Dia Mundial da Infância, celebrado nessa terça-feira, 21 de março. A data, instituída pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, propõe reflexões sobre temas caros aos infantes.

Leia +

Projeto de Lei prevê fim da inimputabilidade de adolescentes

Em tramitação no Senado Federal, um projeto de lei pretende retirar do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) a inimputabilidade de pessoas menores de 18 anos de idade. A mudança é prevista pelo PL 621/2023, apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES).

O parlamentar defende que “os jovens ingressam cada vez mais cedo na criminalidade, inclusive na prática de crimes mais violentos”.

Leia +

PL exige idade mínima de 16 anos para celebração de união estável

Está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 728/2023, que altera o Código Civil para proibir a união estável de adolescentes com idade inferior a 16 anos.

De acordo com o PL, para o estabelecimento do instituto da união estável serão aplicados os mesmos requisitos exigidos para casamentos.

Segundo a autora do projeto, deputada Clarissa Tércio (PP-PE), “a ausência de norma que estipule uma idade mínima para estabelecimento da união estável agrava um conflito recorrente, causa de constante judicialização, afetando gravemente a proteção que o Estado deve promover aos adolescentes”.

Leia +

Proposta que garante pensão a filhos de mulheres vítimas de feminicídio é aprovada pela Câmara

A proposta que garante pensão a filhos de mulheres vítimas de feminicídio foi aprovada nessa quinta-feira (9) pela Câmara dos Deputados. O benefício deve ser pago até a criança ou adolescente completar 18 anos, desde que atendidos os critérios de renda.

O projeto estabelece o valor da pensão em um salário mínimo. Para ter acesso ao benefício, a renda mensal per capita dos filhos ou dependentes menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio, deve ser igual ou menor que 25% de um salário mínimo.

Leia +

JURISPRUDÊNCIA

Egrégia 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno interposto pelo Ministério Público, confirmando-se o postulado pela Defensoria Pública, qual seja, a manutenção do poder familiar.

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO NA FORMA MONOCRÁTICA. AUSENTE PREJUÍZO. Tratando-se de recurso manifestamente procedente, acrescida à existência de precedentes jurisprudenciais acerca da matéria, autorizado estava o Relator a proceder ao julgamento singular. Ademais, o recurso está sendo levado a julgamento pelo órgão colegiado, afastando qualquer prejuízo que se possa cogitar. Aplicação do art. 206, XXXVI, do RITJRS, combinado com o art. 932, VIII, do CPC. Precedentes do TJRS. FAMÍLIA. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. NÃO COMPROVADA SITUAÇÃO DE ABANDONO POR PARTE DA GENITORA OU DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES INERENTES. SENTENÇA QUE DESTITUIU O PODER FAMILIAR DA RÉ, REFORMADA. MEDIDA QUE MELHOR ATENDE O INTERESSE DO MENOR.

Hipótese em que laudos técnicos recentemente levados a efeito dão conta de que a genitora, apesar de possuir incontestemente retardo mental, está se submetendo a acompanhamento em rede de atendimento especializado e está residindo em local com melhores condições. Sendo, ainda, indubitosa relação de afeto entre a mãe e a criança, no caso, e restando evidenciado o total interesse e condições da manutenção do poder familiar, forçosa a reforma da sentença que julgou procedente a presente demanda, em face da não configuração das hipóteses previstas no art. 1.638, do Código Civil. Logo, tratando-se de medida excepcional e irreversível e tendo em conta o melhor interesse do menor, pessoa em desenvolvimento, nascida em 04.05.2017, não obstante já esteja integrada à família substituta, não se mostra prudente a destituição do poder familiar. Agravo interno desprovido. – grifo nosso.do Regimento Interno do STF, concedo a ordem de habeas corpus, tão somente para anular a sentença condenatória, determinando que outra seja proferida após a oitiva dos pacientes, como último ato da instrução. Publique-se. Brasília, 5 de abril de 2022. Ministro Ricardo Lewandowski Relator – grifo nosso.

Leia +

NUDEPID

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Reunião do Ministério da Igualdade Racial

No dia 06/03/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, juntamente com outros integrantes da Defensoria Pública, de reunião do Ministério da Igualdade Racial do governo federal que teve como objetivo averiguar as providências que estavam sendo adotadas para atendimento das pessoas resgatadas de situação análoga à escravidão na Serra Gaúcha.

Reunião da Comissão de Normas do CEI

No dia 13/03/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de uma reunião na Comissão de Normas do Conselho Estadual da Pessoa Idosa. Foram debatidas estratégias para atuação no ano de 2023.

Reunião do Conselho Estadual da Pessoa Idosa

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou, no dia 17/03/2023, da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Palestra no evento “Cidade Cuidadora, em Vera Cruz/RS

No dia 17/03/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, por meio de sua dirigente, Mariana Fenalti Salla, participou de uma palestra no evento “Cidade Cuidadora”, no município de Vera Cruz/RS. Na ocasião, foi ministrada palestra sobre Violência contra a Pessoa Idosa e foram distribuídas as cartilhas sobre os Direitos das pessoa idosa da Defensoria Pública.

Mutirão de atendimentos realizados na Vila Cruzeiro

No dia 22/03/2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de um mutirão de atendimentos aos moradores da região do bairro Cruzeiro, em Porto Alegre. A ação aconteceu na sede do Coletivo Preta Velha, ao lado do Postão da Cruzeiro.



1º Seminário de 2023 do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

No dia 24 de março de 2023, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou de reunião do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional na Assembleia Legislativa, que teve como tema a destinação de imposto de renda pessoa física para o fundo municipal da pessoa idosa.

Na reunião, Joseane Rech Hagelin, assistente na Receita Federal, e Celso Luft, conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do RS, expuseram como se realiza a destinação dos valores.



Oficina da pessoa idosa

No dia 31/03/2023, foi realizada mais uma edição da Oficina da Pessoa Idosa, com a participação ativa dos cidadãos e cidadãs atendidos pelos CRAS e CREAS de diversas comarcas do Estado, dos Conselhos Municipais do Idoso e das Secretarias de Desenvolvimento Social, levando a educação em direitos às pessoas idosas e seus familiares em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Mutirão do superendividamento

No dia 31/03/2023, o Núcleo de Defesa Cível e a Câmara de Conciliação da Defensoria Pública promoveram mutirão para atendimento de pessoas em situação de superendividamento.

O Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa participou do mutirão e atendeu, entre outros, idosos com problemas financeiros, em situação de superendividamento

Palestra na Universidade Franciscana

No dia 30 de março de 2023, as defensoras Ana Carolina Sampaio Pinheiro de Castro Zacher e Mariana Fenalti Salla participaram de uma palestra no curso de Direito da Universidade Franciscana, de Santa Maria.

A palestra teve como tema o procedimento de Superendividamento, tendo sido exposta a atuação da Câmara de Conciliação da Defensoria Pública.

Participaram do evento professores e estagiários que atuam no Núcleo de Prática Jurídica da instituição e no Procon SM.



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Projeto de Lei nº 1024/2023

O projeto de lei nº 1024/2023 acrescenta o §3º ao artigo 54-G da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a coleta de assinatura física das pessoas idosas em contratos de operação de créditos firmados por meio eletrônicos com instituições financeiras e de crédito, seus representantes ou prepostos.

Atualmente, a proposta está aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 925/2023

O projeto de lei nº 925/2023 dispõe sobre a retomada do auxílio financeiro às Instituições de Longa Permanência para Idosos em face da pandemia do coronavírus mantida pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

Atualmente, a proposta está aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei nº 900/2023

O projeto de lei nº 900/23 acrescenta o art. 71-A ao Estatuto do Idoso e altera os artigos 528 e 911 do Código de Processo Civil e o art. 19 da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, para vedar a prisão do idoso com fundamento em obrigação alimentícia subsidiária.

Atualmente encontra-se no Plenário do Senado Federal, aguardando despacho.

NOTÍCIAS

Recomendação da vacinação bivalente é ampliada para pessoas acima de 60 anos

De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde (SES), esta semana houve a orientação aos municípios para ampliar o público para vacinação bivalente contra a covid-19. Passam a ingressar como público-alvo na campanha a população acima de 60 anos. O atendimento nos municípios para esta faixa etária está sendo feita de forma escalonada.

Leia +

Rede Bem Cuidar de Aceguá apresenta experiência de êxito em saúde da mulher idosa

A experiência da equipe foi apresentada na segunda live da série “Saúde da Mulher, para além do Sistema Reprodutivo”. As lives são promovidas em parceria entre a SES, UFCSPA e UNISC no Projeto Redes Inovadoras de Tecnologias Estratégicas (RITES/ FAPERGS).

No município, a equipe da ESF faz uma avaliação multidimensional das idosas, a partir da caderneta de saúde, preenchida pelo agente comunitário de saúde. Com agendamento prévio, visitas domiciliares são realizadas na zona urbana e rural com uma unidade móvel.

Leia +

Juiz aplica protocolo de perspectiva de gênero a caso de idosa

A autora da ação alegou que teria sofrido ameaça de violência patrimonial e moral por parte do ex-companheiro, que teria negociado uma chácara de propriedade dela, sem autorização, ficando com o dinheiro da venda, além de uma casa em um conjunto residencial que fora incluída na transação para si.

O Juízo da 4ª Vara Cível de Rio Branco/AC decidiu aplicar Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ ao caso da idosa vítima de violência de cunho patrimonial e moral, determinando que o demandado na ação mantenha distância mínima da autora e de seus familiares.

O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero é um instrumento para que seja alcançada a igualdade de gênero e está incluído no ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 da Agenda 2030 da ONU, com a qual se comprometeram o STF e o CNJ.

Leia +

Idosa que teve digital falsificada em empréstimo será ressarcida

A vítima narrou que foi surpreendida com a existência de descontos em seus benefícios previdenciários, de origem desconhecida. Informou que o valor firmado em R\$ 19,2 mil havia sido abatido integralmente de sua conta.

Em produção de prova pericial, constatou-se que houve a falsificação de sua assinatura e digital nos documentos bancário.

Leia +

Saiba se defender do crescente etarismo no Brasil, preconceito com relação à idade

Recentemente o caso envolvendo três jovens debochando de uma colega caloura de 44 anos trouxe, novamente, a discussão acerca do etarismo no Brasil.

O etarismo, também conhecido como idadismo ou ageísmo, é a discriminação por idade contra indivíduos ou grupos etários com base em esteriótipos.

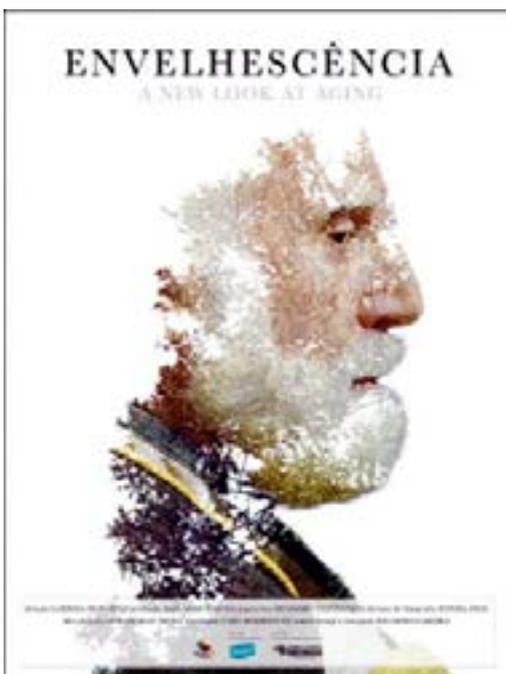
Leia +

Avós não podem reconhecer, pela via extrajudicial, paternidade ou maternidade socioafetiva

Filiação socioafetiva é: o reconhecimento jurídico da maternidade e/ou paternidade com base no afeto, sem que haja vínculo biológico entre as pessoas.¹

Em resposta à Consulta 0009179-50.2021.2.00.0000, analisada na última sessão virtual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Plenário do CNJ decidiu, por unanimidade, reforçar a impossibilidade de ascendentes biológicos – avôs e avós – reconhecerem extrajudicialmente a paternidade ou a maternidade afetiva de netos.

Leia +



DICAS CULTURAIS

Documentário: “Envelhescência”

Dirigido por Gabriel Martinez e com argumento de Ruggero Fiandanese, o longa metragem Envelhescência relata a história de seis pessoas que vivem a vida de maneira plena e nos mostram, através de suas próprias experiências, que os costumes e a rotina após os 60 anos podem ser repletos de atividades e bom humor. Intercalado com comentários de especialistas (Alexandre Kalache, Mirian Goldenberg e Mário Sergio Cortella) o filme sugere uma nova perspectiva sobre o significado do envelhecimento em nossas vidas.

NOTÍCIAS RECENTES

Dose de reforço desempenha papel fundamental na proteção contra a Covid-19, aumentando a resposta imunológica do organismo

As vacinas contra a Covid-19 já demonstraram efetividade na prevenção de casos graves e redução de mortes, além de garantirem queda importante nas contaminações pelo vírus. Além de cumprir o esquema primário de vacinação – as duas primeiras doses (ou dose única, a depender do fabricante) – é essencial que a população se vacine com a dose de reforço.

Leia +

Você tem o costume de usar fone de ouvido? Saiba como o mau uso pode causar perda auditiva

Os avanços tecnológicos aumentaram a qualidade de vida da população. Hoje, facilmente se pode conferir com antecedência a rota para um destino, pesquisar curiosidades em tempo real e passar o dia ouvindo o álbum do cantor favorito em aparelhos pequenos e que cabem no bolso. No entanto, algumas dessas novas tecnologias, se não usadas moderadamente, podem trazer danos à saúde.

Leia +

Está na hora de atualizar a caderneta de vacinação; SUS oferece imunizantes para todas as idades, desde o nascimento

Estar em dia com a situação vacinal é um cuidado simples e que colabora não apenas com a saúde individual, mas também com a segurança coletiva. No Brasil, desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), no início dos anos 1990, campanhas nacionais sobre a importância dessa proteção garantiram a queda da incidência de diversas doenças, como poliomielite, sarampo, tétano, rubéola e coqueluche. Conquista ameaçada nos últimos anos pela falta de incentivo e redução de campanhas, desinformando e mentindo sobre a segurança e eficácia das vacinas que, histórica e comprovadamente, salvaram milhares de brasileiros nas últimas décadas.

Leia +

Idade para realização de laqueadura e vasectomia passa de 25 para 21 anos

Estão valendo as novas regras para cirurgias de laqueadura e vasectomia. A partir de agora, a idade mínima para realizar os procedimentos – que era de 25 anos – passa a ser de 21 anos para esterilização voluntária em pessoas com capacidade civil plena. Também não é mais necessária a autorização do(a) cônjuge, consentimento que era obrigatório até então, bem como não é mais necessário já ter filho (os).

Leia +

Entenda o fluxo de incorporação de tecnologias em saúde no SUS

Para que um medicamento ou vacina chegue à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), um rigoroso processo deve ser seguido, levando em conta a segurança, eficácia, custo-efetividade, necessidade, impacto orçamentário, além do aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que autoriza a circulação do produto no País.

Leia +

Seus rins estão saudáveis? Saiba o que é a doença renal crônica e como preveni-la

Os rins são os órgãos responsáveis por eliminar toxinas, controlar a pressão sanguínea, regular a formação do sangue e dos ossos e equilibrar o balanço químico e de líquidos do organismo. Apesar de desempenhar funções essenciais para todo o corpo, nem sempre é possível perceber quando há alterações no funcionamento desses órgãos, principalmente em doenças em estágio inicial, podendo evoluir para as formas crônicas.

Leia +

Desigualdades sociais são desafio para o fim dos casos de câncer do colo do útero

No mês em que se discute os direitos das mulheres, a saúde feminina é um dos temas centrais, sendo que a erradicação do câncer do colo do útero é um dos desafios para a gestão pública. Os casos, que deverão atingir mais de 51 mil mulheres até 2026, conforme estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), poderiam ser reduzidos com a adoção de mecanismos de controle, como vacinação e rastreamento, mas que esbarram nas desigualdades sociais e regionais no país.

Leia +

Casos de chikungunya aumentaram neste início de ano; confira medidas para prevenir

O número de casos prováveis de chikungunya no Brasil, no início deste ano, mais do que dobrou em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Ministério da Saúde. Até o dia 20 de fevereiro, o aumento foi de 110%, passando de 16.971 para 35.569 casos prováveis.

[Leia +](#)

Será que eu tenho endometriose? Saiba como diagnosticar e tratar a doença pelo SUS

A endometriose é uma doença ginecológica silenciosa, que atinge cerca de um décimo das mulheres e pessoas com útero no Brasil. Entre aquelas que enfrentam infertilidade, os índices são ainda mais altos, variando de 30% a 60% - e entre as que convivem com dor pélvica, chega a 70%. Apenas em 2022, o Sistema Único de Saúde registrou mais de 10 mil procedimentos hospitalares (incluindo internação) por conta da doença.

[Leia +](#)

Entenda a atuação do SUS na qualidade da água consumida pelos brasileiros

É comum associar o Sistema Único de Saúde aos serviços prestados nos hospitais, nas Unidades Básicas de Saúde e no pronto-atendimento (UPA). No entanto, o papel do SUS vai muito além da atenção primária e especializada, abrangendo, inclusive, o monitoramento da qualidade da água que é consumida no dia a dia pela população, seja para beber, tomar banho ou preparar os alimentos.

[Leia +](#)

EVENTOS

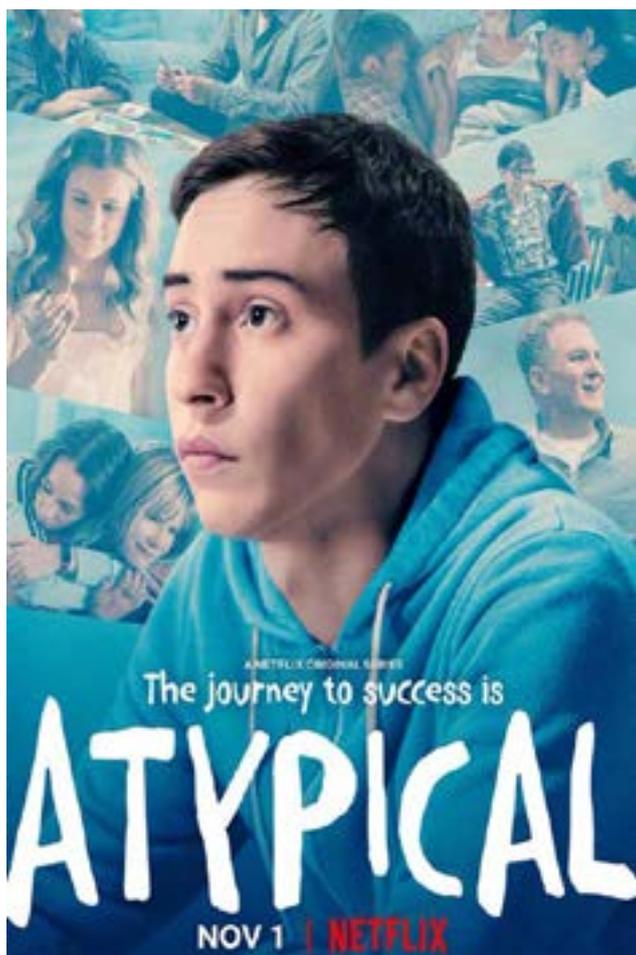
A Dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde, Defensora Pública Liliane Paz Deble, participou dos seguintes compromissos:



- 7.03.2023 – Reunião Ordinária – COSMAN e Reunião Ordinária do Comitê de Saúde;
- 10.03.2023 – Reunião do grupo de georreferenciamento de adolescentes em situação de risco;
- 14.03.2023 – Inspeção no Hospital de Charqueadas e no Hospital Vila Nova;
- 22.03.2023 – Audiência Pública – SES e Mutirão de atendimentos na Vila Cruzeiro;
- 27.03.2023 – Lançamento da Frente Parlamentar dos Direitos das Mulheres;
- 29.03.2023 – Audiência Pública – Comissão de Saúde e Meio Ambiente – ALERS;
- 30.03.2023 – TEAcolhe - Tratamento ofertado às crianças e adolescentes;
- 31.03.2023 – 2ª Reunião Ordinária NUDS.

DICA CULTURAL

Série: “Atypical”



Quando um adolescente com traços de autismo resolve arrumar uma namorada, sua busca por independência coloca a família toda em uma aventura de autodescoberta.

Disponível na Netflix

NUDECONTU

STJ - Recurso Especial Repetitivo em tramitação

A questão jurídica a ser dirimida consiste em definir se: “1 - A demora excessiva na prestação dos serviços bancários presenciais em prazo superior aos definidos em legislação específica gera dano moral passível de reparação; 2 - Em casos que tais, o dano moral é presumido e, portanto, prescinde de prova de sua ocorrência por parte do consumidor.” (ProAfR no Recurso Especial n. 1.962.275/GO)

Processo

REsp 1.929.288-TO, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por maioria, julgado em 22/02/2022, DJe 24/02/2022.

Tema

Agências bancárias. Caixas eletrônicos inoperantes. Falta de numerário. Desabastecimento. Excessiva espera em filas por tempo superior ao limite previsto em lei municipal. Reiteração das condutas. Teoria do desvio produtivo. Dano moral coletivo. Caracterização.

DESTAQUE

A inadequada prestação de serviços bancários, caracterizada pela reiterada existência de caixas eletrônicos inoperantes, sobretudo por falta de numerário, e pelo conseqüente excesso de espera em filas por tempo superior ao estabelecido em legislação municipal, é apta a caracterizar danos morais coletivos.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

O mero desrespeito à legislação local acerca do tempo máximo de espera em filas, por si só, não conduz à responsabilização por danos morais. Tal fato representa relevante critério, que, aliado a outras circunstâncias de cada hipótese concreta, pode fundamentar a efetiva ocorrência de danos extrapatrimoniais, sejam individuais, sejam coletivos, como reconhece esta Corte Superior.

Assim, ao lado do excesso de tempo de espera em fila por tempo superior ao previsto na legislação, deve-se aferir, por exemplo, se essa situação é reiterada, se há justificativa plausível para o atraso no atendimento, se a violação do limite máximo previsto na legislação foi substancial; se o excesso de tempo em fila encontra-se associado a outras falhas na prestação de serviços; se os fornecedores foram devidamente notificados para sanar as falhas apresentadas; etc.

Nesse passo, deve-se ressaltar que o tempo útil e seu máximo aproveitamento são interesses coletivos, subjacentes à função social da atividade produtiva e aos deveres de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, que são impostos aos fornecedores de produtos e serviços.

A proteção contra a perda do tempo útil do consumidor deve, portanto, ser realizada sob a vertente coletiva, a qual, por possuir finalidades precípuas de sanção, inibição e reparação indireta, permite seja aplicada a teoria do desvio produtivo do consumidor, que conduz à responsabilidade civil pela perda do tempo útil ou vital.

Com efeito, a teoria do desvio produtivo preceitua a responsabilização do fornecedor pelo dispêndio de tempo vital do consumidor prejudicado, desviando-o de atividades existenciais.

No âmbito jurisprudencial, a Terceira Turma, em julgamento envolvendo a má prestação de serviços bancários e a excessiva espera em filas, já teve oportunidade de consignar que “o desrespeito voluntário das garantias legais, com o nítido intuito de otimizar o lucro em prejuízo da qualidade do serviço, revela ofensa aos deveres anexos ao princípio boa-fé objetiva e configura lesão injusta e intolerável à função social da atividade produtiva e à proteção do tempo útil do consumidor” (REsp 1.737.412/SE, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 08/02/2019).

Naquela oportunidade, restabeleceu-se a condenação à compensação por danos morais coletivos, ao fundamento de que a instituição financeira haveria optado “por não adequar seu serviço aos padrões de qualidade previstos em lei municipal e federal, impondo à sociedade o desperdício de tempo útil e acarretando violação injusta e intolerável ao interesse social de máximo aproveitamento dos recursos produtivos, o que é suficiente para a configuração do dano moral coletivo”.

Desse modo, é imperioso concluir que a inadequada prestação de serviços bancários, caracterizada pela reiterada existência de caixas eletrônicos inoperantes, sobretudo por falta de numerário, e pelo conseqüente excesso de espera em filas por tempo superior ao estabelecido em legislação municipal, é apta a caracterizar danos morais coletivos.

Leia +

NOTÍCIAS

Com base na Teoria do Desvio Produtivo, Brasilcon defende tutela do tempo do consumidor no STJ

No Dia Mundial do Consumidor (15/3), o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – Brasilcon, presidido pelo professor Fernando Rodrigues Martins, manifestou-se no Superior Tribunal de Justiça como amicus curie, no Recurso Especial Repetitivo nº 1.962.275/GO que será julgado sob o tema nº 1.156.

Leia +

TJ/SP: Banco deve excluir dívida prescrita do Serasa Limpa Nome

A 23ª câmara de Direito Privado do TJ/SP negou recurso de banco que alegava a possibilidade de inscrição de dívida prescrita na plataforma Serasa Limpa Nome. O colegiado manteve decisão que reconheceu a prescrição de dívida e que determinou que o banco se abstenha de cobrar por qualquer meio.

Leia +

Distribuidora é obrigada a fornecer energia a morador de lote irregular

O fornecimento de energia elétrica é serviço essencial à vida, à saúde e ao exercício de direitos que se correlacionam com o próprio conceito de dignidade da pessoa humana. Como o serviço é essencial, ele não pode ser impedido por exigências meramente formais.

Leia+

Conselho eleva teto de juros do consignado do INSS para 1,97% em recuo após “pressão” de bancos

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aumentou nesta terça-feira o teto de juros dos empréstimos consignados a beneficiários do INSS para 1,97% ao mês ante o limite anterior de 1,70%, depois que bancos públicos e privados suspenderam essas operações em reação a uma redução dos juros neste mês que gerou atrito no governo e provocou críticas de instituições financeiras.

Leia+

Consumidor: a demora na entrega de mercadorias pode ensejar indenização por danos morais?

Via de regra o mero descumprimento do prazo não deverá ensejar reparação indenizatória, todavia, quando evidenciado que o descumprimento do dever de entrega no prazo, independentemente da existência de culpa (art. 14) causa danos aos consumidores (inclusive os danos extrapatrimoniais) de rigor a indenização por danos morais deverá ser imposta.

Leia +

O banco pode cancelar ou reduzir meus limites sem avisar?

Os limites disponíveis e pré-aprovados, geram expectativa para o cliente. Assim, o banco é obrigado a comunicar toda mudança em seus limites, sejam eles no cartão de crédito, empréstimos ou no cheque especial.

Leia +

Fabricante e importadora devem indenizar cliente por explosão de celular

A responsabilidade objetiva do fornecedor surge da violação de seu dever de não inserir um produto defeituoso no mercado de consumo, uma vez que, existindo alguma falha quanto à segurança ou à adequação do produto em relação aos fins a que se destina, haverá responsabilização pelos danos causados. Com esse entendimento, a 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo reformou sentença para condenar uma fabricante de eletrônicos e uma loja de produtos importados a indenizar um cliente que sofreu queimaduras de segundo grau após seu celular ter entrado em combustão.

Leia +

Empresa que comercializou lasanha com caco de vidro paga dano moral para consumidores

Dois consumidores foram indenizados após o consumo de uma lasanha verde à bolonhesa que continha um caco de vidro, no Litoral Norte. Pelo abalo anímico, a fabricante do produto foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 2 mil para cada pessoa que consumiu parcialmente o alimento.

Leia +

Compra na internet: preços aparecem mais altos no iPhone do que no Android

Clientes relatam diferença no valor de mercadorias quando a pesquisa para a aquisição dos produtos é feita por aparelhos celulares com sistemas operacionais diferentes: iOS (iPhone) e Android. De acordo com especialistas, a prática é abusiva e deve ser denunciada para que os órgãos competentes tenham mais rigor nas punições.

Leia +

Tim e Facebook vão indenizar consumidora que foi vítima de golpe sim swap

A invasão de contas de e-mail e perfis por terceiros é risco inerente à atividade de companhias telefônicas e provedoras de redes sociais, então o usuário não pode ficar à mercê de fraudes e falhas nos sistemas de segurança. Com esse entendimento, o juiz Marcos Bigolin, da 3ª Vara Cível de Chapecó (SC), condenou a Tim, o Facebook e a Microsoft a pagarem R\$ 30 mil por danos morais a uma consumidora que foi vítima do golpe chamado de sim swap (troca de chip).

Leia +

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Projeto de Lei – Congresso Nacional

PL 1.085, de 7 de março de 2023

Dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de mesma função e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

[Leia +](#)

Projeto de Lei – Câmara dos Deputados

PL 263/2023 (Autor: Márcio Marinho - REPUBLIC/BA)

Altera o parágrafo 3º, do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que trata “Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço” para que os produtos com vícios de qualidade e quantidade comprados em lojas físicas possam ser trocados imediatamente.

[Leia +](#)

Medida Provisória

MP nº 1.164, de 2 de março de 2023.

Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.

[Leia +](#)

Decretos

Decreto nº 11.429, de 3 de março de 2023

Altera o Decreto nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021, para atualizar os órgãos que atuam no Serviço de Identificação do Cidadão, e o Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, para prorrogar o prazo de adaptação ao padrão da Carteira de Identidade.

[Leia +](#)

Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Leia +

Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023

Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.

Leia +

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto nº 56.921, de 9 de março de 2023

Altera o decreto nº 56.229, de 7 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a ação afirmativa de reserva de vagas para as pessoas com deficiência, para as pessoas trans, para as pessoas negras e para as pessoas integrantes dos povos indígenas no âmbito dos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e empregos públicos, bem como nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta do poder executivo do estado do rio grande do sul.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Para celebrar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor - que ocorre em 15 de março -, o NUDECONTU realizou um grande mutirão de atendimentos no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre. A unidade móvel da Defensoria Itinerante esteve estacionada no local das 09h às 17h. No local, servidores e defensores públicos prestaram orientações jurídicas, tiraram dúvidas dos consumidores e algumas demandas foram ajuizadas.

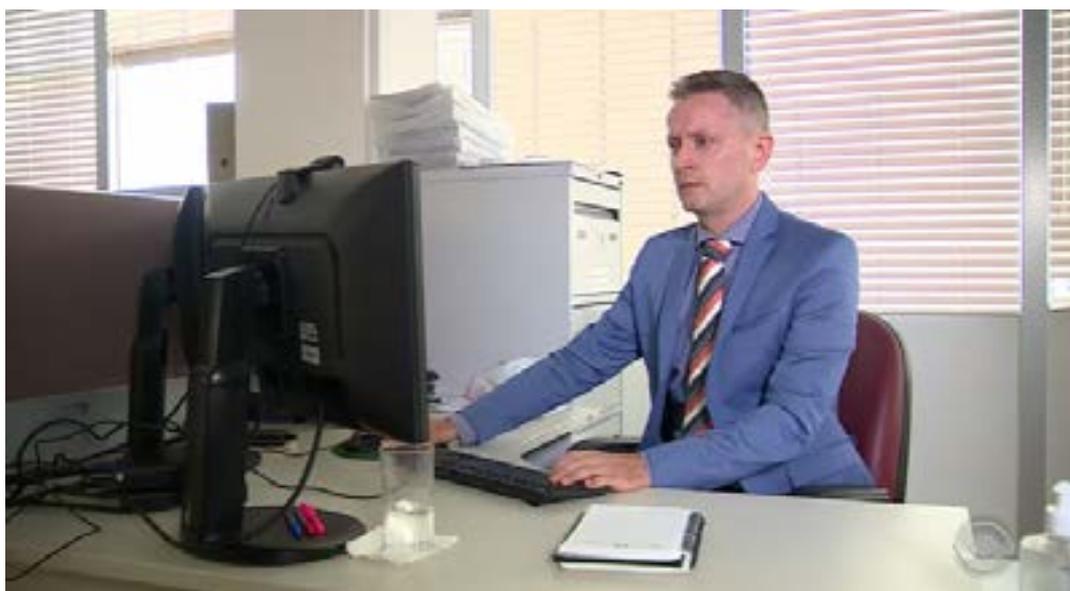
Leia +



O Defensor Público Dirigente do NUDECONTU, Rafael Pedro Magagnin, concedeu entrevista à RBS Notícias, sobre como evitar cair em golpes referente ao empréstimo consignado, haja vista que os criminosos mudaram de estratégia, a fim de obter êxito na aplicação dos golpes.

Eles fazem parcelas com valor pequeno para não serem descobertos. O defensor descobriu, autonomamente, 08 (oito) empréstimos consignados efetuados na conta de um aposentado de Candelária/RS, os quais nunca foram solicitados pelo idoso. No dia do consumidor, a RBS veiculou a matéria.

Confira a íntegra em: <https://globoplay.globo.com/v/11451611/>



Mutirão no bairro Cruzeiro conta com a participação do NUDECONTU

No dia 22 de março, o NUDECONTU realizou atendimentos e prestou orientação jurídica na sede do Coletivo Preta Velha, no bairro Cruzeiro, em Porto Alegre. Na ocasião, a população local demandou atendimento em diversos assuntos, dentre eles direitos dos consumidores.

Leia +



No dia 22 de março, o Dirigente do NUDECONTU, em conjunto com lideranças da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha Grande dos Marinheiros promoveram palestra para estudantes na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na conversa com os alunos, o defensor público Rafael Magagnin explicou como foi realizado o termo de compromisso entre os catadores individuais e Prefeitura de Porto Alegre, acordo que teve a mediação da DPE/RS e levou quase um ano para ser finalizado.

Leia +



Após Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Defensoria Pública do Estado e empresa Vector Assessoria Empresarial Ltda, o NUDECONTU, em parceria com demais Núcleos Especializados, publicou edital para seleção e cadastramento de estudantes negros que cursam a graduação no município de porto alegre, para o recebimento de bolsas permanência. A origem do acordo epigrafado, foi a morte, por espancamento, de João Alberto Silveira de Freitas nas dependências de um supermercado da rede Carrefour em Porto Alegre, em novembro de 2020.

NUDDH

NOTÍCIAS RECENTES EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS:

Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio da Promotoria de Justiça Militar de Porto Alegre, denunciou 17 policiais militares por tortura contra 12 torcedores do Brasil de Pelotas.

Leia +

Brigada Militar indicia cinco policiais por agressões a homem em Santa Maria/RS.

Leia +

Justiça torna 4 PMs réus por morte de homem negro incendiado no RS.

Leia +

Deputada lança campanha para aprovar projeto do uso de câmeras em uniformes policiais no Rio Grande do Sul. Defensora Pública dirigente do NUDDH participa da solenidade.

Leia +

População em situação de rua dispara no país cresceu 38% nos últimos três anos, e passa de 281 mil pessoas, segundo estimativa do Ipea. Salto foi de 211% em dez anos.

Leia +

Link do Relatório: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=faa83eb1-f7fb-44d9-ba91-341a7672611d>

Mapeamento de Associações e Coletivos de Migrantes e Refugiados no RS.

Leia +

STF confirma primeiro reconhecimento judicial de apátrida do Brasil, promovido pela Justiça Federal do RN.

Leia +

Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos.

Leia +

Vinícolas gaúchas firmam TAC e vão pagar R\$ 7 milhões em indenizações.

Leia +

MPT-RS assina TAC com agenciador de mão de obra dos resgatados em Uruguaiana.

Leia +

Policial militar suspeito de acobertar trabalho análogo à escravidão em Bento Gonçalves é afastado.

Leia +

STF reconhece que estrangeiro aprovado em concurso universitário tem direito à nomeação.

Leia +

Devido ao grave quadro de violações dos direitos humanos, 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude do Foro Central de Porto Alegre determina o afastamento dos agentes socioeducadores do Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (Casef) do Rio Grande do Sul e a interdição do local.

Leia +

Justiça nega indenização a militante bolsonarista pela divulgação de reportagem de site jornalístico sobre sua atuação em manifestação que reuniu grupos neonazistas em 2011.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

DPE/RS PARTICIPA DE LANÇAMENTO DA CAMPANHA DO PROJETO DE CÂMERAS EM UNIFORMES E VIATURAS POLICIAIS

O projeto de lei (PL) que prevê o uso de câmeras em fardas e viaturas policiais militares e civis teve a campanha de apoio lançada hoje pelos deputados estaduais autores da proposta, Luciana Genro e Matheus Gomes, no dia 13 de fevereiro. A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), Aline Palermo Guimarães, esteve presente na cerimônia. Registra-se que o Núcleo já havia encaminhado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em janeiro deste ano, o Ofício 002/2023-NUDDH, recomendando a implementação urgente de câmeras nos uniformes, em especial, de policiais militares que exerçam atividades externas, a fim de fiscalizar e assegurar o respeito aos direitos humanos durante as abordagens realizadas.

Leia +

DEFENSORIAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL E DA BAHIA UNEM-SE PARA EMITIR NOTA DE REPÚDIO EM CASO DE XENOFOBIA

Contra a normalização do autoritarismo por meio de discursos de ódio, cumprindo a missão constitucional de zelar pelos fundamentos de nossa República Federativa, as Defensorias do Povo do Rio Grande do Sul e da Bahia uniram-se para publicizar nota de repúdio face às declarações do vereador Sandro Fantinel, da cidade de Caxias do Sul.

Leia +

ATENDIMENTOS ENVOLVENDO VIOLÊNCIA POLICIAL, REALIZADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA, AUMENTAM 41% EM UM ANO

Na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), o número de atendimentos envolvendo violência policial aumentou 41% em 2022, na comparação com o ano de 2021. Os dados foram divulgados pela instituição em evento realizado em 28 de fevereiro que abordou o tema, trazendo relatos de experiências e debates.

Leia +

CÂMARA DE CAXIAS DO SUL ACEITA PEDIDO DE CASSAÇÃO ENCAMINHADO PELAS DEFENSORIAS DO RS E DA BA CONTRA VEREADOR POR FALA XENOFÓBICA

Em sessão realizada no dia 02 de março, a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul aceitou o pedido de cassação do vereador Sandro Fantinel (sem partido) feito pelas Defensorias Públicas Estaduais do Rio Grande do Sul e da Bahia por causa das falas xenofóbicas proferidas na tribuna, contra baianos, pelo parlamentar. Desta forma, foi criada uma comissão parlamentar processante. Os parlamentares que compõem a comissão terão 90 dias para tomar uma decisão sobre o caso.

[Leia +](#)

RELATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLICIAL É APRESENTADO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), Aline Palermo Guimarães, apresentou no dia 16 de março, durante a reunião da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa do RS, relatório que traz os dados de 2022 sobre a violência policial no Estado.

[Leia +](#)

DEFENSORES QUE ATUAM NA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA REÚNEM-SE EM PORTO ALEGRE

No dia 10 de março, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE) reuniu-se em Porto Alegre para revisão, atualização e discussão de protocolos. No mesmo dia, o grupo, composto por defensores públicos de sete diferentes estados, visitou as instalações do Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CRDH – DPE/RS) e do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (NUGESP).

[Leia +](#)

ATUAÇÃO DO NUDDH NO 1º TRIMESTRE DE 2023

- Elaboração do Ofício 047/2023-NUDDH, endereçado às Corregedorias das Guardas Municipais de Cachoeirinha, Esteio, Alvorada e Gravataí, com RECOMENDAÇÃO para que orientem os seus agentes a observarem estritamente as atribuições do cargo, deixando de efetuarem diligências investigativas e atividades de policiamento ostensivo que, por sua vez, acarretam em prisões manifestamente ilegais;
- Realização, em 28 de fevereiro, do evento “Direitos Humanos e Violência Policial”, organizado em quatro módulos: “Apresentação dos dados da Defensoria Pública” (com as Dirigentes e Subdirigente do NUDDH, Dra. Aline Palermo Guimarães e Dra. Cristiane Chitolina Friedrich), “Audiência de custódia” (com a Juíza de Direito Dra. Priscila Palmeiro e a Defensora Pública Dra. Mariana Py Muniz), “Relato de experiência (com o advogado criminalista Dr. Marçal Carvalho e Rai Duarte, torcedor do Brasil de Pelotas, vítima de violência policial) e “Violência policial: impactos sociais e na saúde mental” (com a servidora e psicóloga Simone Cruz);



- Lançamento da 2ª edição do “Boletim Especial NUDDH – Violência Policial”, ocorrido durante o evento do dia 28/02, que apontou crescimento de 41% do número de atendimentos na DPE envolvendo violência policial em 2022 em comparação ao ano anterior. A repercussão do relatório levou a Dirigente do Núcleo a conceder entrevistas a veículos de mídia locais e nacionais, bem como a apresentar os dados do boletim em reunião da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa do RS e participar do evento “Debate sobre o Boletim da Violência Policial da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul” organizado pela UNISINOS e pela UFRGS.



Debatedoras: Dra. Aline Palermo Guimarães (Defensora Pública) e
Dra. Priscila Gomes Palmeiro (Juíza de Direito)

Mediadoras: Profa. Dra. Fernanda Frizzo Bragato (UNISINOS) e
Profa. Dra. Vanessa Chiari (UFRGS)

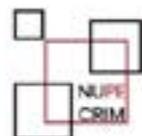
Evento Virtual

Data: 30/03/2023

Horário: 8:30h às 11h

Link das Inscrições:

<https://eventos.asav.org.br/event/viopolicia/site>



NUDEPED

NOTÍCIAS RECENTES EM MATÉRIA DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

16% da população mundial têm alguma deficiência, conforme estudo.

Leia +

CNJ aprova Resolução que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

Leia +

Revogado o Decreto 10.502/2020, que instituiu a segregação educacional contra as pessoas com deficiência.

Leia +

Prefeitura de Porto Alegre regulamenta acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência em centros comerciais.

Leia +

Dispensa de trabalhadora com nanismo do Serviço Social do Comércio (Sesc) de São Borja/RS é considerada discriminatória.

Leia +

Pessoas com deficiência ocupam 1% das vagas de emprego formal no Brasil, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgado pelo Ministério da Economia.

Leia +

Cartilha oferece dicas para aumentar inserção profissional de pessoas com deficiência.

Leia +

Lei do Distrito Federal determina que pais ou responsáveis por pessoas com deficiência que faleceram terão reinserção no mercado de trabalho garantida.

Leia +

Associação de apoio a pessoas com Síndrome de Down pode ser equiparada a ente público, segundo a Justiça Federal da 4ª Região.

Leia +

TJ-SP determina que o município e o estado de São Paulo acolham em residência especializada jovem com desenvolvimento intelectual incompleto.

Leia +

Justiça determina que pai de criança autista pode sacar FGTS para custear despesas com tratamento.

Leia +

Plano de saúde deve custear tratamento multidisciplinar de criança autista.

Leia +

MPF obtém sentença que garante passe livre em ônibus interestaduais para PCD, idosos e jovens de baixa renda.

Leia +

Prefeitura de Belo Horizonte sanciona lei que obriga presença de tradutor de Libras no atendimento de paciente surda em maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares das redes pública e privada da capital.

Leia +

Após ser barrado, torcedor ganha direito de acessar estádio paulista de muletas por meio de habeas corpus.

Leia +

SUS vai oferecer tratamento com canabidiol no estado de São Paulo.

Leia +

Juizado Especial Criminal de Curitiba permite que paciente com autismo plante maconha em casa para tratamento.

Leia +

Ministério Público investiga Polícia Civil após PcDs serem eliminados de concurso no Amazonas.

Leia +

Justiça Federal nega mandado de segurança a concursada do IFPA que pretendia ter prioridade em relação a uma pessoa com deficiência. Parte autora foi condenada ao pagamento de multa por “abuso de direito ao acesso à Justiça”

Leia +

Juiz do DF veta exclusão de portador de síndrome rara de concurso público.

Leia +

TJ-SP manda plano de saúde custear equoterapia para criança autista.

Leia +

CNJ determina regime especial de trabalho para servidor acompanhar filho autista.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

JUSTIÇA ACOLHE PEDIDO DA DEFENSORIA PARA QUE SEJAM DISPONIBILIZADOS MONITORES ESCOLARES PARA ALUNOS ATÍPICOS EM PORTO ALEGRE

Após Ação Civil Pública (ACP) protocolada pela Defensoria Pública do Estado (DPE/RS), a 1ª Vara do Juizado da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre determinou que a Prefeitura disponibilize um monitor para cada turma que possui um ou mais alunos atípicos nas escolas municipais.

Leia +

ATUAÇÃO DO NUDEPED NO 1º TRIMESTRE DE 2023

O NUDEPED elaborou o Ofício 002/2022-NUDDH, endereçado à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com **parecer acerca da desnecessidade de nova avaliação médica para pessoas com deficiência que já possuam essa condição inserida em documento oficial de identificação**. Esse documento serviu de base para o Projeto de Lei (PL) Municipal n. PLL 048/23, atualmente em trâmite na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Leia +

NU DIVERSI

NOTÍCIAS RECENTES

Mapeamento das políticas públicas para a população LGBTQIA+, lançado no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), reúne dados das 27 unidades federativas.

Leia +

Cartilhas orientam Judiciário sobre pessoas LGBTI em conflito com a lei.

Leia +

Lançado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Dossiê TransBrasil denuncia situação de pessoas trans em presídios.

Leia +

Casamentos homoafetivos crescem 43% no Brasil, mas ainda são só 1% do total, segundo dados do IBGE.

Leia +

Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) impede manifestação contrária do Ministério Público em processos de casamento civil ou conversão de união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Leia +

Lançado o relatório “Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022”.

Leia +

Segundo relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 131 pessoas trans foram assassinadas no Brasil em 2022.

Leia +

LGBTfobia, racismo e xenofobia: ódio nas redes cresceu 67% em 2022, segundo dados recente levantamento realizado pela ONG SaferNet e divulgados pelo jornal Estadão.

Leia +

Brasil tem um Projeto de Lei antitrans por dia em 2023.

Leia +

Crimes de intolerância crescem 22% em Porto Alegre, segundo delegacia especializada.

Leia +

Registros de mudança de gênero sobem para 3,1 mil no Brasil em 2022 e batem recorde.

Leia +

RS bate recorde de mudança de gênero da população trans, apontam cartórios.

Leia +

Pessoas trans agora podem retificar prenome e gênero no registro civil de maneira totalmente gratuita no Rio Grande do Sul.

Leia +

Em Nota Técnica, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF) pede ao CNJ mudanças em regras cartoriais para facilitar pessoas trans a alterarem nome e gênero em documentos.

Leia +

Transexual pode remover pelos faciais pelo SUS, segundo decisão que recebeu menção honrosa no I Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Leia +

Pessoas com deficiência, LGBTs e negros não confiam nos médicos, segundo pesquisa internacional realizada em cinco países: Brasil, França, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, financiada pela farmacêutica Sanofi e conduzida pelas empresas Purpose Union e The BRC.

Leia +

Estudo feito por pesquisadores do Hospital Albert Einstein, pela Faculdade de Medicina da USP e pela Universidade de São Caetano do Sul aponta que pessoas LGBTQIA+ acima dos 50 anos têm pior índice de acesso à saúde.

Leia +

Após pedido da Defensoria do Paraná, pessoas não-binárias poderão retificar o prenome e o gênero diretamente nos cartórios.

Leia +

Após desabafo de influenciadora, especialistas explicam o que significa ser intersexo. A entrevista contou com a participação da Defensora Pública dirigente do NUDIVERSI.

Leia +

Decisão do TRF4 permite que Universidade Federal do Rio Grande (Furg) retome seleção de alunos trans por meio de cotas.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

DPE DE ARROIO DO MEIO GARANTE DUPLA MATERNIDADE A CRIANÇA APÓS AÇÃO JUDICIAL

Em ação ajuizada pela Defensoria Pública Regional de Arroio do Meio, duas mães conseguiram o reconhecimento do registro biparental na certidão de nascimento da filha, atualmente com dois anos. As mães buscaram a assistência da DPE depois de tentarem a retificação da certidão de nascimento da filha diretamente no Registro Civil, o que foi negado. Além disso, como a criança foi gerada por inseminação caseira – e, portanto, sem registro oficial – o pedido precisou ser levado à Justiça.

[Leia +](#)

DIRIGENTES DOS NÚCLEOS DE DEFESA DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL (NUDIER) E DA DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO (NUDIVERSI) TÊM REUNIÃO COM INTEGRANTES DA SUBSECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

No dia 28 de março, foi realizada reunião dos defensores públicos dirigentes dos núcleos de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) e de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI) com a subsecretária estadual de Direitos Humanos, Inclusão, Igualdade e Fraternidade, Marcia Scherer. Na pauta, os defensores públicos Andrey Regis de Melo (NUDIER) e Aline Palermo Guimarães (NUDIVERSI) abordaram questões de interesse da atuação da DPE/RS, principalmente aquelas relacionadas às demandas de pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e projetos de combate ao racismo.

[Leia +](#)

ATUAÇÃO DO NUDIVERSI NO 1º TRIMESTRE DE 2023

Em janeiro, ocorreu o último encontro do **Grupo de Estudos sobre LGBTIA+ promovido pela FESDEP**, em parceria com a Ouvidoria e o NUDIVERSI, nos quais foram abordados os temas visibilidade lésbica, homossexualidades masculinas e estigmas da Aids e da Monkeypox, bissexualidade e pansexualidade, intersexualidades, linguagem neutra e inclusiva de gênero e direitos de pessoas não-binárias, transmasculinidades e travestilidades e mulheridades trans. Os vídeos dos encontros foram disponibilizados no canal da FESDEP no youtube.

Boletim Informativo dos Núcleos

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
